

**O JOGO ENTRE O SIMBÓLICO E O POLÍTICO: QUANDO A PRÁTICA  
DISCURSIVA (RE)SIGNIFICA OS ESPAÇOS COMUNS DE UMA  
UNIVERSIDADE**

*THE GAME BETWEEN THE SYMBOLIC AND THE POLITICAL: WHEN THE DISCURSIVE PRACTICE  
(RE) MEANS THE COMMON SPACES OF A UNIVERSITY*

Janderson Henrique Mota de Sousa<sup>1</sup>  
Eduardo Fagner Machado de Pinho<sup>2</sup>  
João de Deus Leite<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo, propomo-nos a analisar e a problematizar a maneira pela qual alguns acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Câmpus Araguaína-Unidade Cimba, (re)significaram espaços comuns da universidade a partir da prática discursiva de produzir inscrições simbólicas. Estamos considerando que essas inscrições buscam dar visibilidade às suas demandas universitárias e sociais. Produziremos fundamentações para a discussão a partir da Análise de Discurso francesa peuchetiana, destacando que a memória discursiva faz constituir modos de individuação do sujeito. Mobilizaremos, na análise, recortes discursivos (RD) de uma entrevista realizada com um acadêmico filiado a esse grupo. Mobilizaremos, ainda, imagens fotográficas de duas inscrições simbólicas que foram registradas em áreas comuns da universidade. Essas diferentes materialidades evidenciam a natureza simbólica e política da linguagem na construção do que denominados de narratividade de militância no âmbito dos espaços da universidade.

**Palavras-chave:** Prática discursiva. Inscrições simbólicas. Simbólico. Político. Efeitos de sentido.

## **INTRODUÇÃO**

A universidade, como instituição social, é regulada por meio de normas produzidas e institucionalizadas pelos sujeitos que a compõem. Essa normalização é orientada por condições sócio-históricas e ideológicas das instituições, não perdendo de vista as responsabilidades, os direitos e os deveres fundantes do estado democrático de

<sup>1</sup> Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). E-mail: henrique.janderson@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). E-mail: pinho.eduardo@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). E-mail: joaodedeusleite@hotmail.com.

direito. Sendo assim, as instituições, portando as insígnias desse estado, acabam engendrando modos de individuação de sujeitos em seus processos identitários (Cf. ORLANDI, 2011). Historicamente, há a constituição de forma-sujeito que é sustentada por um processo de interpelação ideológica.

Na universidade, como espaço de interpelação, os modos de individuação de sujeitos estão ligados à produção de conhecimento teórico e prático, de maneira a instrumentalizar o acadêmico para a futura profissão. Nessa medida, os cursos de graduação e de pós-graduação precisam estar alinhados às diretrizes que normativizam, por exemplo, o perfil profissiográfico, a distribuição da carga horária e prática dos componentes curriculares, etc. Há a constituição de sentidos que significam o lugar dos envolvidos na universidade, projetando-lhes responsabilidades, direitos e deveres institucionais.

Nesse processo de normalização, na universidade, os espaços de representação são organizados por categorias (aluno, professor e técnico-administrativo) e obedecem às diferentes instâncias em uma escala de instância micro para instância macro. O mecanismo deliberativo dessas instâncias é que se discuta e se decida nas bases para, na sequência, proceder-se ao referendo da decisão nas outras instâncias. Esse mecanismo está caucionado em diferentes gêneros discursivos escritos (Ata, Resolução, Memorando, Parecer, *E-mail*, etc.) no registro das responsabilidades, dos direitos e dos deveres institucionais.

Nesse jogo deliberativo, as decisões passam pelo campo da disputa, do confronto, do contato, do impasse, até pela singularidade dos processos identitários que marcam a universidade. Cada categoria, em seus modos de individuação de sujeito, evidencia pertencimentos a certos sentidos para produzir as suas práticas discursivas na universidade. Nessa medida, a universidade não é subjetivada por todos do mesmo modo nem em termos de categoria que se diferem nem no âmbito da própria categoria. A memória discursiva, isto é, os diferentes saberes que se historicizam no tempo e no espaço significam os processos identitários de modo singulares.

Com base nessa perspectiva dos diferentes modos de individuação dos sujeitos, na universidade, e de que essa individuação comporta uma narratividade, este artigo enfoca um grupo de acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Araguaína-Unidade Cimba. Os membros desse grupo pertencem aos diferentes

movimentos estudantis e sociais. Esse grupo, reiteradas vezes, produziu inscrições simbólicas, isto é, diferentes enunciados, associados à desenhos, em espaços comuns da universidade. Um desses espaços é o *espaço de convivência* central que existe na Unidade Cimba. As inscrições simbólicas, como prática discursiva, evidenciam temáticas ligadas às diferentes lutas acadêmicas e sociais.

No âmbito da Unidade Cimba, essa prática discursiva é alvo de embates, pois a direção de câmpus, por três vezes, produziu movimentos de apagamentos das inscrições simbólicas. Os acadêmicos envolvidos nessa prática produziram novamente as inscrições no espaço e, da última vez, eles fizeram as suas inscrições simbólicas em cartolina, afixando-as em diferentes espaços da Unidade. Neste artigo, iremos mobilizar recortes discursivos (RD) para apresentar os dizeres de um aluno que pertence a esse grupo, buscando pensar no modo como a memória discursiva faz trabalhar uma narrativa de sua experiência como acadêmico que assume os espaços de representação na universidade. Iremos mobilizar, também, duas inscrições simbólicas (uma antes do movimento de apagamento e outra após esse movimento) para mostrar como a narrativa desse grupo de alunos ganha outros espaços de subjetivação.

A Análise de Discurso francesa formulada por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi, no Brasil, é o nosso aporte teórico, pois estamos concebendo essa prática discursiva de produzir as inscrições simbólicas como determinadas por condições sócio-históricas e ideológicas. Longe de relacionar a discussão ao campo da moral, assumindo uma perspectiva conteudística, a perspectiva discursiva coloca-nos em uma relação de que essas práticas dimensionam a subjetivação dos sujeitos com os seus espaços de atuação.

### **MODOS DE INDIVIDUAÇÃO DE SUJEITO E SUA NARRATIVIDADE: UM VIÉS DISCURSIVO**

A Análise de Discurso francesa peuchetiana é uma teoria que formaliza a perspectiva de que há processos discursivos que ancoram a passagem da nossa condição de indivíduo a sujeito. Na esteira de Althusser, Pêcheux (2009[1975]) salientou que não nos tornamos sujeito *a priori*. Há condições sócio-históricas e ideológicas que ancoram a sobredeterminação do sujeito. Essa sobredeterminação, longe de ser fruto de um psicologismo (pensamentos e ideias autônomas), dar-se como efeito discursivo de modos de produção materialista. Ou seja, a sobredeterminação é resultante de uma

historicidade que se mostra contraditória, já que os sentidos são passíveis de serem confrontados, apagados, (des)estabilizados, (re)significados, comportando uma dispersão na sociedade. É, nessa medida, que a perspectiva discursiva nos possibilita salientar que há a sociedade produz uma divisão desigual dos sentidos.

Nesse processo de sobredeterminação, vão sendo produzidos modos de individuação de sujeitos, conforme salientou Orlandi (2011), tendo em vista os sentidos com os quais o sujeito se identifica. Consideremos, a seguir, a definição estabelecida por Orlandi (2011, p. 22) para “individuação”:

[...] usamos a palavra “individuação” que remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma-sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólicopolítica do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade.

Nesse movimento de individuação de sujeitos, tendo por base os seus processos identitários, a língua assume a dimensão de base material dos processos discursivos. É que os sentidos inscrevem-se na e por essa base, fazendo a memória discursiva trabalhar uma narratividade para as relações entre sujeito individuado e Estado. É que, no processo de interpelação, os sujeitos assumem um processo de filiação de sentidos que os significam. Há uma trajetória de filiação. Esse processo é político, pois implica uma tomada de posição em que sentidos são direcionados.

As condições sócio-históricas e ideológicas acabam produzindo posição-sujeito na sociedade, e, conforme Orlandi (2011), o sujeito individuado pode se identificar com uma posição sujeito ou mais. Sendo assim, a contradição do sujeito está ligada ao fato de que essa identificação à posição sujeito não é unívoca, não é plena nem bem-sucedida. No caso das condições do estado democrático de direito, essa forma sujeito assume modos de individuação que inscrevem os sujeitos ora em práticas discursivas de responsabilidades, ora em práticas discursivas de direitos, ora em práticas discursivas de deveres.

Já pensando na especificidade deste artigo, os modos de individuação em sujeito referem-se à perspectiva de que, na universidade, há uma forma sujeito aluno universitário, uma forma sujeito professor e uma forma sujeito técnico-administrativo,

de modo que a memória discursiva produz processos identitários singulares a essas formas. No caso da forma sujeito aluno universitário, para dizermos do foco deste artigo, a memória faz trabalhar alguns sentidos, tais como: cumprir disciplinas teóricas, disciplinas pedagógicas, disciplinas práticas; produzir diferentes gêneros acadêmicos, como resenhas, fichamentos, provas, relatórios, seminários, comunicação oral etc. Nesse caso, há processos de interpelação que sobredeterminam os sujeitos a ponto de eles se identificarem ou não com essa forma sujeito aluno universitário. Assim, a universidade seria subjetivada como lugar em que se busca uma formação teórica. A memória discursiva faz funcionar processos identitários que apontam para uma discursividade que significa a universidade em uma dimensão sublime.

Ainda nessa forma sujeito, outros processos identitários podem se inscrever, como o de subjetivar a universidade como espaço de luta, de militância, de engajamento em temática que perpassam as questões sociais, como a luta contra racismo, contra a intolerância à diversidade etc. A universidade seria subjetivada como lugar em que se busca expressar e dar voz às demandas que, socialmente, são consideradas como abjetas. E, nessa divisão desigual de sentidos, esses processos identitários são considerados por muitos como desprezível.

### **(RE)SIGNIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS DA UFT/CÂMPUS ARAGUAÍNA: ENTRE A LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL**

Nesta seção, abordamos o modo como se constitui a prática discursiva de (re)significação de espaços comuns da UFT/Câmpus Araguaína – Unidade Cimba por um grupo de acadêmicos dessa unidade. Cumpre ressaltar que esse grupo se mostra engajado a diferentes lutas sociais, como, por exemplo, contra o racismo em relação ao negro e à comunidade LGBT etc. Nessa Unidade, por diversas vezes, os acadêmicos em foco produziram diferentes inscrições simbólicas no *espaço de convivência*. As inscrições já foram apagadas três vezes pela direção do Câmpus, sendo pauta no Conselho Diretor do Câmpus (CDA) e motivo de ação no Ministério Público. Das duas primeiras vezes, as inscrições foram refeitas pelos acadêmicos. Da última vez, elas foram produzidas em cartolina e afixadas no espaço de convivência, bem como em outros espaços da universidade, como em murais próprios para se afixar cartazes.

Sendo assim, podemos considerar que há condições sócio-históricas e ideológicas singulares marcando a prática discursiva de (re)significação desses espaços na universidade. O processo de (re)significação produz uma subjetivação do espaço acadêmico para esses acadêmicos, fazendo constituir o que denominaremos de “narratividade da militância”. Tais acadêmicos, diferentemente de outros da mesma Unidade, não se individualizam somente nos processos identitários de discentes universitários. Para estes, o modo de individualização do sujeito está circunscrito a outras práticas, tais como: assistir às aulas, realizar trabalhos acadêmicos, dentre outros. Para os discentes em foco, o modo de individualização está circunscrito, também, ao campo de lutas sociais. Em suas práticas discursivas, no espaço acadêmico, a militância compõe uma narratividade. Essa narratividade, como mostraremos analiticamente, refere-se ao modo como a memória discursiva produz efeitos em seus processos de identificação na condição de sujeito.

Primeiramente, para compor as análises, apresentamos alguns recortes discursivos (RD) selecionados das entrevistas realizadas com dois acadêmicos que pertencem a esse grupo. O critério de seleção dos recortes concerne ao fato de eles apresentarem considerações acerca do modo como eles ocupam os espaços da universidade. Além disso, mobilizamos recortes discursivos que evidenciam as enunciações faladas deles sobre as inscrições simbólicas produzidas nos espaços comuns da universidade, em especial no *espaço de convivência*. Por meio de roteiro elaborado previamente, foram endereçadas a eles perguntas que tematizavam a relação deles com a universidade, com os espaços da UFT, sobretudo com as inscrições simbólicas produzidas no *espaço de convivência*. As entrevistas foram realizadas no dia 26 de março de 2018, na Unidade Cimba.

Em um segundo momento, abordamos algumas inscrições simbólicas produzidas no *espaço de convivência* da UFT/Câmpus Araguaína – Unidade Cimba. O critério de seleção das inscrições simbólicas em análise adotado foi: tematizar discursividades que evidenciem a “narratividade da militância”. Como salientamos anteriormente, essas inscrições já foram apagadas três vezes pela direção do Câmpus, sob diferentes justificativas. Na Unidade, o ato em si de produzir as inscrições simbólicas e as discursividades que estas põem em circulação, a partir do jogo entre a linguagem verbal e não verbal, evidenciam um espaço de discursos e contra discursos. Nesse jogo

entre inscrever e apagar, há um processo de metaforização da militância, que, em meio à dispersão imposta pelas coerções da direção de Câmpus, acaba sendo espaço para a invenção.

As inscrições simbólicas cumprem a função de clivar a estabilização de certa memória discursiva sobre os espaços da universidade. Para o grupo de acadêmicos em questão, tais inscrições compõem um modo de individuação do sujeito em que a militância é parte constitutiva dos processos identitários de ser universitário. Dado o caráter de sempre retornar, seja sob o ato de novas inscrições nas paredes do espaço de convivência, seja sob o ato de colagem de cartolinas com outras inscrições, a narratividade da militância é (re)atualizada, produzindo um efeito exitoso da experiência com a militância.

Consideremos, a seguir, o primeiro recorte discursivo (RD1) de nosso trabalho de análise. Ele apresenta a enunciação de Bruno diante da pergunta que foi produzida a ele sobre a sua ocupação dos espaços da universidade. No roteiro da entrevista, a ocupação não se referia ao movimento de ocupação encabeçado pelos acadêmicos em 2016 e em 2017. Na unidade Cimba, o movimento foi intitulado pelos próprios participantes de “#OcupaUFT”. Em 2018, quando o governo federal anunciou que iria reduzir o dinheiro destinado às bolsas voltadas para os acadêmicos indígenas e os quilombolas, houve um movimento de ocupação da Unidade Cimba. Desta vez, encabeçado pelo Movimento Estudantil Indígena e Quilombola (MEIQ). Em todas essas ocupações, os portões de acesso à Unidade foram mantidos fechados. A primeira ocupação durou quase um mês. As outras duas ocupações duraram uma semana. Eis o RD1:

#### **RD1**

Eduardo: Voltando aqui “pra”... passar um outra pergunta também “pra” continuar norte da nossa entrevista aqui... como é que tu ocupas os espaços desse universidade?

Bruno: Cara... é um... há vias... né?!... políticas... que eu digo... campo legal... né?!... você vai e ocupa os espaços de representação...né?! e de divisão mesmo do trabalho aqui... como por exemplo... tem comissões as quais... você não precisar ir muito para esse campo mas... pode se dizer (incompreensível) da universidade de maior confronto... tem umas que são mais tranquilo... tipo a CPA que é a Comissão(...)

Janderson: Permanente de avaliação.

Bruno: Permanente de avaliação que é um trabalho bem mais tranquilo... né?!... mas geralmente é essa questão de disputa... eu vejo a universidade como um campo... um terri(...)... diversas territorialidade nos câmpus da universidade... nas quais eles são disputados por essas diversas classes sociais... né?!... então eu vejo... a ocupação por esses espaços na luta por um hegemonia... seja hegemonia administrativa... e também para além da administração como também a gente tem aí o movimento de ocupação... né?!... no qual a gente conseguiu duas causas ((inaudível)) uma em Arrais e uma em Porto Nacional... aqui em Araguaína a gente conseguiu o Restaurante Universitário... então essas... essas... eu vejo algo “pra” além também das vias institucionais da universidade... né?!... um rompimento com essas vias institucionais.

(Entrevista com Bruno, realizada no dia 26/03/2018.)

Bruno, ao responder à pergunta que endereçamos a ele, fez menção que, na universidade, há diferentes espaços de ocupação. Em seu primeiro movimento de enunciação, ele salientou que há “espaços de representação” que são políticos e que estão, segundo ele, no “campo legal”. Para ele, as comissões institucionais figuram como exemplo desses espaços. Em seu dizer, a ocorrência do enunciado “você não precisar ir muito para esse campo” deixa entrever outros processos identitários que podem determinar a relação discursiva de Bruno com a Universidade. Até porque, do modo como a memória discursiva trabalha o processo de individuação do sujeito, os dizeres de Bruno criam uma hierarquização dos papéis de ocupação dos espaços da universidade. Ele busca, na memória, nomeações como “campo legal” para marcar o espaço de representação institucional que existe na universidade. A ocorrência do enunciado “da universidade de maior confronto”, que é antecedido por um trecho incompreensível na transcrição, parece contribuir para a linha argumentativa de Bruno em relação à existência de espaço, na universidade, que demandam maiores enfrentamentos. O modo como Bruno enuncia produz uma discursividade em que esses espaços seriam diferentes dos espaços de representação institucional, fazendo-se pensar que aqueles espaços são mais de confronto.

Após aludir às comissões de modo genérico, Bruno faz alusão à Comissão Própria de Avaliação (CPA), como sendo uma comissão mais tranquila. Cumpre ressaltar que Bruno foi membro da Comissão Setorial de Avaliação (CSA)/Câmpus Araguaína, na condição de representante discente. A CSA é ligada à CPA, pois, como a UFT tem uma estrutura multicampi, aquela acaba sendo um núcleo de atuação imediato nos campi.

Após enunciarmos o dizer “Permanente de avaliação”, buscando estabelecer uma interlocução com Bruno no momento da entrevista, este prossegue salientando a discursividade de que o trabalho na CPA é “bem mais tranquilo”, para usarmos seus termos.

Nesse segundo movimento de interlocução, Bruno expressou o modo como ele concebe a universidade. Ele a nomeia como lugar de disputa. Nesse momento de seu dizer, tal nomeação é marcada por um deslizamento de sentido. Primeiro, ocorre o enunciado “é essa questão de disputa”; segundo, ocorre o enunciado “eu vejo a universidade como um campo... um terri(...)”; terceiro, ocorre o enunciado “diversas territorialidade no câmpus da universidade”. Esse deslizamento evidencia a busca que Bruno produz, na memória discursiva, para significar a sua concepção de universidade. A reformulação de “questão de disputa” para “um campo” e, em seguida, para “diversas territorialidades” produzem espaços de interpretação diferentes. A sua trajetória de filiação de sentidos muda, a cada reformulação de palavras. Em seus dizeres, a universidade não seria só “questão de disputa” nem de “um campo”, mas de “territorialidades”. A palavra “territorialidade”, em sua enunciação, abre horizontes para se pensar na universidade para além do espaço físico. Há certas discursividades teóricas que buscam diferenciar a concepção de “territorialidade” da concepção de “território”, pois esta última concepção está circunscrita a espaço físico. Já a de “territorialidade” expande a concepção de espaço, articulando questões sociais, culturais, de gênero.

Da perspectiva de Bruno, a universidade, como lugar de disputa, está em função das “diversas classes sociais” que disputam os espaços da universidade. Contudo, Bruno não nomeia essas classes sociais. Do modo como a memória discursiva faz trabalhar os sentidos em sua enunciação, ele retoma a discursividade que divide a universidade em dois polos. Neste momento, esses polos são nomeados como “hegemonia administrativa” e “movimento de ocupação”. Ele passou a fazer menção às conquistas que o movimento de ocupação conseguiu, citando, sem especificar, os campi de Arraias e de Porto Nacional. Já no Câmpus de Araguaína, na Unidade Cimba, ele salientou que o restaurante universitário é fruto da atuação desse movimento. Bruno termina esse movimento de interlocução, destacando que ele vê “algo ‘pra’ além também das vias institucionais da universidade”, para citarmos os dizeres de Bruno. Esse algo a que ele

se refere é especificado como “um rompimento com essas vias institucionais”. Neste ponto, alguns questionamentos se impõem: Em que consiste o rompimento com a instituição do qual enuncia Bruno? A conquista do restaurante universitário, na Unidade Cimba, também não passa pela atuação da administração da universidade?

Na condição de analistas de discurso, não é possível construirmos uma resposta categórica para cada questionamento. Nem se configura como tarefa de um analista de discurso a busca de respostas. Contudo, de posse da perspectiva de que a memória discursiva produz processos identitários, construindo modos de individuação do sujeito, alguns cenários de interpretação são passíveis de serem construídos. Para o primeiro questionamento, o rompimento do qual fala Bruno não seria efeito de uma discursividade própria do campo da militância? É que é preciso negar o que está posto, assumindo sempre uma posição contrária, radical, às vezes, como estratégia discursiva para se firmar. Sendo assim, a discursividade da militância propõe certo esgarçamento dos espaços de representação convencionais para apontar outros espaços de intervenção. Para o segundo questionamento, o apagamento da atuação da administração da universidade também não seria efeito de uma discursividade do campo da militância? No processo de metaforização da narrativa da militância, busca-se na memória elementos para compor uma experiência exitosa da militância. Parece prevalecer, nas enunciações de Bruno, nesses momentos, um modo de individuação de sujeito para além “do discente universitário”. Bruno é constituído por um processo identitário de “discente universitário militante”.

Chama-nos a atenção, nesse RD1, por um lado, o apagamento que Bruno produz em sua atuação na CSA, ele nem inclusive explicita que foi membro, e, por outro, a acentuação de seu trabalho, com outros acadêmicos, no movimento de ocupação. Perceba que a memória discursiva faz trabalhar processos de filiação distintos, pois, quando da menção à CPA, há um efeito de distanciamento, inclusive valorando como “trabalho mais tranquilo”, e, quando da alusão ao movimento de ocupação, há um efeito de pertencimento, deixando entrever que foi um trabalho com resultados, como a conquista do restaurante universitário.

Vejamos, a seguir, o próximo recorte discursivo de nosso trabalho de análise:

## **RD2**

Eduardo: Então multiplica nesse processo de ocupação... né?! que eu “tô” perguntando assim... como que tu ocupa esse espaço... como é que tu... tu transita nessa questão dessa ocupação... pra falar de ti... nesse sentido... tu “tá” transitando como nisso.

Bruno: O meu transito nisso é de contribuição prática e teórica... acho que nos debates também... na... fazendo as mediações que tem que ser feitas junto ao poder público e quando necessário a gente utiliza da força né?...a gente utiliza da força... porque eles também se utilizam da força né?!... então acho que... pra além né?!... também do campos das ideias... a esse... essa disputa de fato... de que se tenha choque mesmo de fato... principalmente... pela questão do deste aparelho... que a universidade pertence a um aparelho... que ele é viciado... ele é formado e constituído por classes sociais... lembrando que o estado Brasileiro a gente não tem... por exemplo a punição dos ditadores né?!... a gente teve um acordo na qual a nossa elite conseguiu fazer com que boa parte do movimento sindical... dos movimentos sociais... parassem “pra” conversar ali constituição de (88) mais ninguém foi preso... a polícia continua sendo militar né?!... e bom aí soluções a parte né?! nesse... nesse estado ao qual esse aparelho é utilizado “pra” vir contraponto a nossa força... né?!... então vejo essas disputas... essas ocupações né?!... por meio de disputa... eu sempre tento pregar isso dentro da própria universidade... na perspectiva do estado do Tocantins... como um estado rural... né?!... um estado ainda em desenvolvimento da suas forças industriais... ainda engatinhando... então a gente ver esses grandes resquícios aqui dentro... né?!... pelo menos eu... até pouco tempo atrás a UFT tinha seu símbolo... o símbolo da soja... do agronegócio... se for trazer isso “pra” questões econômicas a gente não produz nem... os grão de base que a gente nos necessita... a soja que a gente vende é barata... a soja que... que mina a nossa industrialização... porque a gente não faz parte de todos os processo... então esses resquícios né?!... todos dentro do aparelho estatal da universidade.

(Entrevista com Bruno, realizada no dia 26/03/2018.)

O RD2 inicia-se com o nosso movimento de interlocução, buscando demandar de Bruno outras considerações sobre o modo como ele ocupa o espaço da UFT e como ele lida com as questões do movimento de ocupação. Bruno, em sua enunciação, salienta que a sua contribuição é de ordem prática e teórica, fazendo menção que ele contribui, também, nos “debates”. Nesse ponto de sua enunciação, Bruno se assume como parte integrante dos processos de mediação junto ao poder público. Ele salienta que, quando necessário, é utilizada a força nos processos de mediação. A justificativa para o uso de força é “porque eles também se utilizam de força”, para usarmos os dizeres de Bruno. No fluxo de sua enunciação, vamos perceber que a referência para

“eles” não é passível de ser reconstruída. Bruno se refere a quem neste momento? Quem usa a violência? É que, para ressaltar a ideia de que a universidade se configura como um aparelho reprodutor das ideologias do estado, Bruno recorre, sumariamente, a elementos da história do Brasil para destacar a questão das lutas de classes. Em sua argumentação, ele defende que a universidade está vinculada a um estado brasileiro que é marcado pela circularidade do poder; no dizeres de Bruno, o estado brasileiro é “viciado”. Para sustentar a perspectiva da desigualdade das classes sociais, ele cita o caso dos ditadores que não foram punidos; do acordo entre elite com o movimento sindical e com os movimentos sociais; do fato de a polícia ainda ser militar.

Sem desenvolver essas considerações, Bruno passa a justificar, então, o porquê que ele vê as ocupações como espaços de disputas. A sua trajetória de filiação de sentidos faz trabalhar um processo identitário que busca na história elementos para a sua argumentação. Bruno ainda se vê constituído pela discursividade que aposta na divisão desigual das classes sociais, embora, para alguns, a luta de classe não é tão acentuada mais. Mais, ainda, Bruno busca nessa discursividade elementos para compor a sua metáforização da militância. Ele salienta que sempre defende essa perspectiva no âmbito da universidade. Para usarmos seus dizeres, “eu sempre tento pregar isso dentro da própria universidade”.

Após essa incursão em aspectos da história do Brasil, Bruno recorre à especificidade do estado do Tocantins para continuar a sua linha de pensamento: a universidade reproduz as desigualdades das classes sociais, estando a serviço de questões econômicas. Trata-se, de acordo com ele, de um estado com vocação rural, com questões industriais ainda em desenvolvimento. Ele salienta que a logomarca da UFT era um símbolo da soja, o que representa o agronegócio. Na sua avaliação, não produzimos os grãos de que necessitamos e a soja é vendida por um preço barato. Ele continua considerando que a soja é quem compromete a industrialização e, tendo a sintaxe como subterfúgio, considera que nós não acompanhamos todos os processos. Em sua enunciação, não aparece especificado quais seriam os processos. Seriam os processos de industrialização da soja? Seriam os processos de industrialização de modo geral? Bruno termina a sua enunciação ressaltando que essas questões econômicas acabam por afetar a universidade. Em seus dizeres, essas questões são nomeadas como “resquícios”.

O próximo recorte discursivo (RD3) apresenta as considerações de Bruno em relação ao momento em que, para ele, foi quase necessário usar-se de força física na Unidade Cimba. Em nosso movimento de interlocução com Bruno, demandamos dele um exemplo pontual da situação em que eles tiveram de valer-se da força física. Consideremos, a seguir, o RD3:

### **RD3**

Eduardo: Tu consegues dá um exemplo de quando vocês tiveram que usar a força... dentro da universidade?

Bruno: Cara... as ocupações foram um grande demonstração de força né?!... a gente conseguiu aglutinar um número bem bacana de militantes né?!... e a partir disso a gente... reivindicar as pautas né?! eu acho que cabe falar... são as pautas mínimas do estado democrático de direito... que mostra que esse aparelho repressivo né?!... ele é reacionário porque não te garante nem as condições mínimas que o estado liberal né?! ... que diz que é constituição liberal... ela vai trazer né?!... não te garante isso... então nesse momento a gente... “num” teve saída e teve que usar a via revolucionária... teve que... teve um momento que... a gente “tava” cheio de policial ali do lado do pessoal que era do desculpa UFT... e aí a gente “tava” pronto pro combate aqui dentro... se precisasse a gente “tava” pau... pedra... o que fosse... “pra” defender... os avanços... tanto gradativos... quanto para além de dentro do aparelho democrático.

(Entrevista com Bruno, realizada no dia 26/03/2018.)

Em sua enunciação, Bruno faz menção aos momentos de ocupação da Unidade Cimba, como “grande demonstração de força”, para usarmos os dizeres de Bruno. Em sua avaliação, houve um grande número de militantes nos movimentos de ocupação. A sua trajetória de filiação de sentidos faz trabalhar a nomeação dos participantes do movimento, como “militantes”. Não aparece, por exemplo, “acadêmicos” ou “discentes universitários”. A memória discursiva produz um processo identitário de individuação de sujeitos como militantes que assumem um lugar de luta frente a um sistema, nomeado por Bruno como “repressivo”. Diante desse lugar de luta, Bruno salienta que há pautas que motivam as reivindicações. Nesse ponto de sua enunciação, ocorre uma modalização encabeçada pelo modalizador “eu acho (que)”, no seguinte enunciado: “eu acho que cabe falar... são as pautas mínimas do estado democrático de direito”. Bruno modaliza o seu dito, ao afirmar que as pautas seriam aquelas

mínimas supostamente asseguradas pelo “estado democrático de direito”. Bruno não especifica quais seriam essas pautas mínimas.

A ocorrência dessa modalização permite-nos construir dois espaços de interpretação, tendo em vista os sentidos que memória discursiva faz funcionar na enunciação de Bruno. O primeiro refere-se ao fato de que Bruno busca enfatizar a perspectiva de que o estado democrático de direito falha nas condições mínimas. Por isso, as reivindicações são necessárias. O segundo cenário concerne ao fato de que o grupo de militantes não quer se envolver em pautas maiores atinentes ao estado democrático de direito. Por isso, o foco em si das reivindicações seriam as “pautas mínimas do estado democrático de direito”. Bruno continua a sua enunciação salientando que esse estado democrático de direito mostra-se como um “aparelho repressivo” e “reacionário”. O argumento tecido por Bruno para designar o estado desse modo é porque este não “garante nem as condições mínimas” característicos do estado liberal. Ele prossegue, em sua avaliação, criticando que o estado, embora seja pautado em uma constituição liberal, acaba não assegurando certas garantias do estado democrático de direito.

Após buscar na memória discursiva elementos para produzir uma avaliação acerca da filosofia política do estado brasileiro, Bruno destaca que não houve saída possível que não fosse o uso da “via revolucionária”, para usarmos a sua expressão. Ele faz menção ao momento vivido pelos militantes do movimento #ocupaUFT, em 2017, por ocasião do confronto simbólico com o movimento #desocupaUFT. Bruno descreve um cenário de tensão entre os referidos movimentos, até porque, segundo ele, houve a mobilização de policiais no portão principal da Unidade Cimba. Ele ressalta que, dado o cenário do momento, se fosse necessário, haveria o uso de forças, da parte dos militantes do movimento #ocupaUFT, valendo-se de “pau” e de “pedras”. Segundo ele, a motivação seria para defender “os avanços... tanto gradativos... quanto para além de dentro do aparelho democrático”, para usarmos os dizeres de Bruno.

A partir do próximo recorte discursivo (RD4), apresentamos as considerações de Bruno acerca de seu olhar sobre as “inscrições simbólicas” produzidas em diferentes espaços comuns da universidade, particularmente no *espaço de convivência*. Eis o RD4:

#### **RD4**

Janderson: Me diz uma coisa... olhando para essas inscrições simbólicas... que nós temos aqui no câmpus... no espaço de convivência... nas paredes do bloco H e do outros blocos consequentemente nos banheiros... tu olhando para isso... o quê que isso te diz?

Bruno: Cara... primeiro eu vejo como um instrumentos de mediação... tanto de mediação quanto de reivindicação... de mediação primeiro que vai "tá" querendo transmitir uma mensagem a parti daquela... daquela figura... que vai "tá" ali... ela vai mediar "pra" você tem uma percepção de mundo daquelas pessoas que estão se relacionando nessa determinada territorialidade que é o câmpus daqui... e de reivindicação porque há algo a ser dito... algo que a necessidade humana está colocando... vai "tá" externando né?!... e aí eu trago um pouco "pra" questão mais metodológica... tipo... essa questão da estética vai passar tudo... a questão própria de classe também né?!... de tá ali empregando uma reivindicação "duma" classe social... na minha perspectiva... de um indivíduo pertence a uma classe social da sociedade civil né?!... assim que eu vejo... essas expressões humanas... que tem na parede... aqui na UFT de Araguaína.

Janderson: Tu falou muito dessa questão da... que ali você vê classes sociais... qual a importância "pra" ti dessas inscrições simbólicas em detrimento dessas classes?

Bruno: Bom... éh:::... a gente têm uma tentativa né?!... de... uma determinada classe social diz que é "pra" humanizar e deixar o ambiente limpo... "pra" deixar o ambiente tranquilo... "pra" deixar uma determinada ordem né?!... uma ordem ((inaudível))... já outra classe vai dizer que "num" "tá" legal... e que não é dessa forma... bom essas expressões dessa correlação de força das classes sociais em toda questão estética ela é pensada... nada está ali porque não é pensado... essas paredes brancas não estão aqui porque ela não foi pensada... ela vai ter uma intencionalidade... de deixar esse ambiente limpo... que as pessoas não se expressem como tem que expressar... e dessas pessoas que também inclusive não tem espaço dentro da própria instituição "pra" se expressar... ou então conhecem muito pouco né?!... porque dentro da universidade... quando você entra né?!... se não tiver... eu acredito... o movimento estudantil "pra" te explicar o quê que é... como é ((inaudível))... mesmo tendo ainda é difícil... então... principalmente o acúmulo intelectual baixo que a gente tem... um atraso cultural no país... então... fica difícil dessas pessoas conseguirem né?!... com todas essas forças puxando a pessoa "pra" trás... e aí eu vejo isso expresso né?!... assim... se uma pessoa dentro de uma universidade... acha que não há nenhuma intencionalidade em ter uma parede branca né?!... em ter algo dentro da normalidade... então ela precisa né?!... conhecer um pouco mais sobre o que é positivismo né?!... quem são essas caras aí que falam sobre o que é ordem social né?!... nessa perspectivas deles... aí eu vejo essa correlação de força né?!... vejo essa correlação de força... a gente teria algo... aqui a gente teve isso apagado pelo aparelho do estado... o aparelho foi lá apagou... a gente foi e botou de novo... fizemos... foram e apagaram de

novo... a gente foi e fez de novo... em São Paulo a gente teve o caso do prefeito de lá o João Doria... ele é um exemplo... do que há de pior de pessoa no país né?!... uma elite tosca que apagou diversas murais incríveis na avenida lá de São Paulo... e aí a gente ver esses vícios... não só aqui mas com diversos outros lugares... então né?!... eu vejo dessa forma... nesse sentido... e bom a importância que... eu vejo nessas representações de classe social... é a questão de uma tentativa também de propriamente distinção... identidade né?!... porque você vai “tá” querendo se distinguir do outro né?!... que tá deixando a parede branca... você quer distinguir daquilo ali... você quer ter uma identidade própria né?!... então isso se alastra “pra” todos... “pra” todo... o campo das relações humanas... da questão da cultura né?!... então eu vou ver essas lutas de classes... em todas essas relações né?!... ou seja... que o ser humano vai ter ali que vai representar.

(Entrevista com Bruno, realizada no dia 26/03/2018.)

Após mencionarmos os diferentes espaços na Unidade Cimba/Câmpus Araguaína-UFT, em que há inscrições simbólicas, demandamos a avaliação particular de Bruno sobre essa prática discursiva nos espaços da universidade. Bruno inicia a sua enunciação, salientando que ele vê essa prática como “instrumento de mediação”. No fluxo de sua enunciação, ele pondera que se trata de “mediação” e de “reivindicação”. Para ele, é mediação, pois se busca “transmitir uma mensagem a parti daquela... daquela figura...que vai “tá” ali...”, para usarmos os seus dizeres. Ele continua destacando que as inscrições simbólicas servem mediar a relação entre “percepção de mundo” e “pessoas que estão se relacionando nessa determinada territorialidade que é o câmpus daqui”. Sendo assim, para ele, as inscrições simbólicas evidenciam uma relação dos militantes com o mundo. Para ele, é reivindicação, pois as inscrições simbólicas significam algo nesse espaço de inscrição. Bruno argumenta que “há algo a ser dito”, para usarmos seus dizeres. Esse algo, em sua enunciação, aparece predicado como sendo da “necessidade humana” e que pede uma exteriorização.

Tendo a sintaxe como subterfúgio, Bruno faz menção que a reivindicação passa, também, por uma questão metodológica, deslizando para a questão estética e, em seguida, para uma questão de classe social. As duas primeiras questões ele não desenvolve, enfocando e dando decorrência à última questão posta por ele. Bruno reitera que as inscrições simbólicas evidenciam uma reivindicação de uma classe social. Ele reformula “‘duma’ classe social” por “de um indivíduo pertencente a uma classe social da sociedade civil”. Ele termina o seu primeiro movimento de interlocução

salientando que as inscrições simbólicas existentes na UFT de Araguaína são “expressões humanas”. Em sua enunciação, ele trata a Unidade Cimba como “UFT de Araguaína”.

Em outro movimento de interlocução, chamamos a atenção de Bruno para a perspectiva das classes sociais. Em seus dizeres, a discursividade que aposta na oposição entre classes é recorrente. Nesse sentido, demandamos dele a relação entre as inscrições simbólicas em relação às classes das quais ele enuncia. Bruno, em seu movimento de interlocução, passa a destacar que eles têm uma tentativa, contudo a sua enunciação desliza para a consideração de que há uma classe social que defende a prática discursiva do “ambiente limpo”, do “ambiente limpo” e da “ordem”. Esses atributos, em sua enunciação, são indícios, para essa classe, de ambiente humanizado. Por sua vez, há outra classe que contesta esses atributos, expressando um outro tipo de postura. Nas palavras de Bruno, essa outra classe assume a postura de que “‘num’ ‘tá’ legal’... e que não é dessa forma”.

Bruno continua a sua enunciação ressaltando que essa situação expressa uma “correlação de força das classes sociais”, ponderando que sempre há uma intencionalidade nas posturas das classes. Ele menciona que essa intencionalidade passa pela questão estética, citando o caso das paredes brancas da universidade. No caso da classe que defende as paredes brancas, a intencionalidade é “deixar o ambiente limpo... que as pessoas não se expressem como tem que expressar”. Ele ainda continua destacando que, na universidade, há pessoas que não têm espaço para expressarem, ou que elas os “conhecem muito pouco”, para usarmos os dizeres de Bruno. Neste ponto, ele faz alusão ao movimento estudantil como espaço para se inteirar e explicar os meios de expressão.

Após um trecho inaudível, é possível notar que Bruno destaca que, ainda tendo o movimento estudantil, os espaços de expressão são difíceis. Ele lista dois predicativos, a saber: (1) “acúmulo intelectual baixo” e (2) “atraso cultural do país”, como responsáveis para as pessoas não conseguirem acessar os espaços de expressão. Para ele, são os principais que existem, os outros não são mencionados por Bruno. Em sua enunciação, ele destaca que há forças que acabam “puxando a pessoa ‘pra’ trás”, para usarmos seus dizeres. Bruno, por meio da conjunção condicional “se”, destaca o caso hipotético de que uma pessoa, na universidade, que não reconhece a intencionalidade

que há nas paredes brancas precisaria se inteirar do “positivismo” e do que se postula como “ordem social” no positivismo.

No fluxo de sua enunciação, Bruno retoma a questão da correlação de forças existentes na universidade. Ele passa a fazer menção ao movimento de apagamento das inscrições simbólicas pela direção de câmpus e ao movimento de reinscrição produzido pelos acadêmicos filiados aos diferentes movimentos estudantis. Na enunciação de Bruno, a direção de Câmpus é nomeada como “aparelho do estado”, dado o tom de sua trajetória de filiação de sentidos. Bruno faz alusão ao prefeito João Doria, tendo em vista a política de apagamento de muitas inscrições simbólicas constantes de espaços comuns na cidade de São Paulo. João Doria, em seu governo, no ano de 2017, autorizou o apagamento de muitos grafites, em São Paulo, como, por exemplo, os murais da Avenida 23 de Maio. Os grafites eram encobertos com tinta cinza. Na avaliação de Bruno, João Doria é predicado como o “que há de pior pessoa no país”, para usamos seus dizeres. Ele prossegue considerando que a postura de apagamento dos murais de São Paulo é típico da “elite tosca” e que não é algo só da Unidade Cimba, mas de variados lugares.

Bruno prossegue a sua enunciação, ponderando que as inscrições simbólicas figuram como modo de se bancar uma identidade nos espaços da universidade. O grupo que produz as inscrições simbólicas acaba se distinguindo do grupo que quer as paredes em branco. Para Bruno, dado o que está posto, isto é, paredes em branco, “você quer distinguir daquilo ali... você quer ter uma identidade própria”. Ele termina a sua enunciação, destacando que sempre olhará as relações humanas e as questões culturais sob o prisma da luta de classes. Na enunciação de Bruno, como um todo, a memória discursiva faz significar um modo de individuação de sujeito militante que assume uma posição ideológica contrária ao sistema capitalista. As redes de memória em operação, no processo identitário de Bruno, mostram que a sua relação de acadêmico, com a universidade, é afetada, também, pela posição de militante. E uma militância que conta com a ocupação física e a (re)significação simbólica dos espaços.

Bruno, em conjunto com outros acadêmicos de diferentes cursos de graduação da Unidade Cimba, do Câmpus Araguaína/UFT, adotou a prática discursiva de produzir diferentes inscrições simbólicas no espaço de convivência dessa Unidade. Há dois espaços de convivência na Unidade Cimba. Um espaço que se localiza ao lado da

lanchonete. O outro espaço está localizado na transição entre diferentes blocos da Unidade, desde de blocos administrativos até blocos com salas de aula, o que coloca esse espaço de convivência como ponto de convergência de pessoas. Inicialmente, antes dos dois primeiro movimentos da direção de Câmpus em apagar as inscrições simbólicas, os acadêmicos tinham por foco esse segundo espaço de convivência. Após os processos de apagamentos das inscrições, os acadêmicos passaram a produzir as inscrições simbólicas em cartolinas, afixando-as em diferentes lugares, como já destacamos neste artigo.

As inscrições simbólicas tematizam as diferentes bandeiras de luta dos acadêmicos filiados aos diferentes movimentos estudantis da Unidade Cimba. Desde de temáticas diretamente ligadas às questões acadêmicas, como é o caso da reivindicação da implantação do restaurante universitário na Unidade, até temáticas atinentes às questões sociais como o racismo em relação ao negro, como a homofobia. Há, também, inscrições simbólicas que expressam um posicionamento do grupo de acadêmicos contra o sistema capitalista, contra o governo Temer etc.

No processo de produzir as inscrições simbólicas e pô-las para circular na comunidade acadêmica, há inscrições simbólicas que são comentadas e contestadas por outras pessoas. Esse movimento faz constituir um jogo contraditório entre discursividades, cuja autoria se perde entre o traçado da linguagem verbal e não verbal. Dada a heterogeneidade de processos identitários, na Unidade Cimba, o espaço de convivência é marcado, discursivamente, por uma disputa ideológica.

Consideremos, a seguir, a primeira figura de nosso trabalho de análise. Nela, aparece a inscrição simbólica referente à reivindicação de implantação de um restaurante universitário na Unidade Cimba. Cabe ressaltar que, na Unidade EMVZ/UFT, já havia um restaurante universitário. Essa Unidade atende um público em menor quantidade que a Unidade Cimba. A direção do Câmpus disponibilizava ônibus ou micro-ônibus para conduzir os alunos da Unidade Cimba até à EMVZ. O percurso de uma Unidade a outra totalizaem torno de dez quilômetros, sendo necessário, em média, vinte minutos para percorrê-los. Como a Unidade EMVZ funciona nos turnos manhã e tarde, o restaurante universitário não oferece jantar. A Unidade Cimba funciona nos turnos manhã, tarde e noite. Eis a primeira figura:

Figura 01– Primeira inscrição simbólica.



Fonte: Arquivo dos autores.

A inscrição simbólica “Cade o R. U. do Cimba? Ousar lutar, ousar vencer”, em letras maiúsculas e em cor preta, foi produzida no Bloco D, ao lado do espaço de convivência que congrega a passagem de muitas pessoas. A inscrição foi feita na parte inferior da parede do bloco, ocupando praticamente toda a extensão inferior. Esse enunciado é encabeçado por um questionamento, a saber: “Cade o R. U. do Cimba?”. Por se tratar de um questionamento, duas figuras, em pé de igualdade, impõem-se. Aquele que pergunta e aquele que responde. Nesse caso, a memória discursiva faz trabalhar um modo de individuação do sujeito que se refere, potencialmente, ao acadêmico da Unidade Cimba. Quem produziria esse questionamento? O acadêmico? O técnico-administrativo? O professor? Outras pessoas da comunidade externa à Unidade Cimba? Quem estaria legítimo, no uso das atribuições do poder, a responder a esse questionamento? O diretor de Câmpus? O reitor da UFT? O que está em evidência na proposição desse questionamento? Um conteúdo informacional, em que o locutor do enunciado busca informações sobre a localização geográfica do R. U. do Cimba? Um conteúdo performativo, em que o locutor do enunciado busca produzir uma ação em seu alocutário? Sem a referência às condições de produção dessa inscrição simbólica, é-nos impossível responder, categoricamente, a esses questionamentos produzidos por nós.

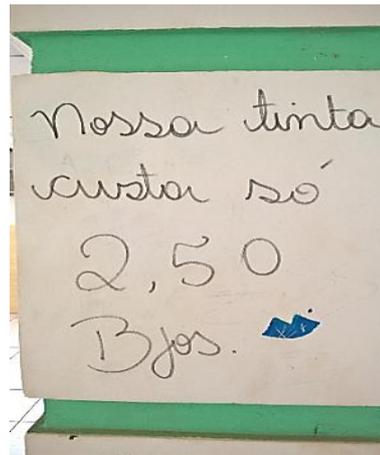
Na sequência desse questionamento, aparecem duas orações, a saber: “Ousar lutar, ousar vencer.”, que, em articulação com o questionamento, permite-nos construir espaços de interpretação para significar essa inscrição simbólica. A ocorrência do verbo “ousar”, no sentido de “arriscar com audácia a”, e seus respectivos complementos “lutar” e “vencer”, produz o efeito de que se trataria de uma reivindicação. Alguns efeitos de sentido do verbo “ousar” possíveis seriam: (1) é preciso “ousar” na luta e na

vitória, pois, da comunidade universitária, aquele grupo de acadêmicos são os únicos que se arriscam? Ou seja, esses alunos são os únicos que se engajam na busca por seus direitos, como é o caso do restaurante universitário; (2) é preciso “ousar” na luta e na vitória, pois, na Unidade Cimba, há um poder repressor e, para se ter os direitos conquistados, é necessário a ousadia na luta e na vitória? A ausência das referências às condições de produção dessa inscrição simbólica implica um movimento de leitura- interpretação pautado na equivocidade dos sentidos. Não é possível fechá-los. Contudo, em termos de prática discursiva global e já vinculada a condições sócio-históricas e ideologicamente determinadas, essa inscrição simbólica significa um modo de individuação de sujeito que milita e que reivindica direitos no espaço universitário.

Cumpramos ressaltar que esses alunos, nos diferentes espaços simbólicos da universidade, como nas representações estudantis, na representação no Conselho Diretor de Câmpus (CDA), reivindicaram, para a gestão da universidade, a necessidade do restaurante universitário, na Unidade Cimba. Outros espaços de diálogos foram formados. Contudo, a inscrição simbólica parece se somar a esses espaços de diálogos, só que de forma perene e constante no dia a dia da universidade. Não se trata de discussão em formato de pauta de reunião, com tempo limitado e pontual para se dialogar, em que o representante “porta a voz”. Trata-se de uma demanda que passa a compor o espaço físico da universidade, dando mostras a um tipo de prática discursiva que integra a narratividade da militância desses alunos. A prática de produzir inscrições simbólicas pereniza a voz, tornando-se a demanda uma constância.

A seguir, apresentamos mais uma figura, com uma inscrição simbólica produzida em uma das pilastras do espaço de convivência. Essa inscrição foi produzida, após um dos movimentos de apagamento das inscrições produzidos pela direção de câmpus. Dada a ausência de referência às condições de produção dessa inscrição, não é possível dizer se foi após o primeiro ou o segundo movimento de apagamento. Vejamos a segunda figura:

Figura 02– Segunda inscrição simbólica



Fonte: Arquivo dos autores.

A inscrição simbólica “Nossa tinta custa só 2,50 Bjos”, com o desenho de “lábios”, em um dos retângulos de concreto da pilastra, significa um movimento de resistência do grupo de acadêmicos em foco, se considerarmos o movimento de apagamento promovido pela direção de câmpus. Essa condição de produção sócio-histórica e ideologicamente determinada evidencia o espaço de disputa, de discurso e de contra discurso em torno da prática discursiva de produzir inscrições simbólicas. A proposição desse enunciado está em função apenas de seu conteúdo proposicional? Busca-se informar, então, ao alocutário o valor da tinta, que é R\$ 2,50? Esse enunciado cumpre a função de informar ao alocutário o valor da tinta, de modo irônico? Ou seja, informa-se não com o propósito, meramente, de informar. Informa-se acenando para outros propósitos. Em termos de efeito de sentido, a memória discursiva faz trabalhar sentidos como: (1) “Nossa tinta custa só 2,50 Bjos”, evidenciando que se trata de um grupo de alunos que compra e que valoriza a tinta mais barata, como resistência ao sistema capitalista que põe no mercado mercadorias caras; (2) “Nossa tinta custa só 2,50 Bjos”, evidenciando que as inscrições simbólicas serão produzidas quantos forem os movimentos de apagamento, pois a tinta que o grupo usa é mais barata em relação àquela usada pela direção de câmpus. E, nesse jogo de forças, eles pagam, financeiramente, o menor preço.

Chama-nos a atenção a inscrição “Bjos”, seguido de uma boca desenhada com a cor azul. Se o tom do enunciado fosse o seu conteúdo proposicional, como não é o caso, tal inscrição estaria pautada em uma discursividade afetuosa, em que o locutor

expressaria carinho para com o seu alocutário. Polemizando o conteúdo proposicional do enunciado, tal inscrição está pautada em uma discursividade irônica, em que o locutor critica a postura e a condição de seu alocutário: ter a tinta mais cara, o que lhe custará uma posição mais cara no processo de disputa entre “produzir inscrições simbólicas” e “apagar as inscrições simbólicas”. Há uma divisão desigual de sentidos, nesse processo, mostrando modos de individuação de sujeitos diferentes. Os sentidos, o modo como se lida com os espaços físicos, o tipo de pauta pelo qual se luta são diferentes, a depender dos processos identitários em jogo no espaço universitário.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo, buscamos analisar o modo como se constitui a narratividade de militância de um grupo de acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Câmpus Araguaína-Unidade Cimba. Com base nas enunciações faladas de um desses acadêmicos e em inscrições simbólicas por eles produzidas em espaços comuns da universidade, mostramos a relação discursiva de engajamento deles em pautas acadêmicas e sociais. Os modos de individuação deles na condição de sujeitos aponta para uma postura acadêmica que contesta e polemiza o que está posto, no âmbito da universidade, como normalizado. No caso desse grupo de acadêmicos, a universidade é significada como aparelho repressor que reproduz as desigualdades de voz.

A trajetória de filiação de sentidos, seja evidenciadas a partir das enunciações faladas e das inscrições simbólicas, apontam para uma experiência militante que subjetiva os espaços comuns da universidade, também, como lugar de reivindicação, como lugar de inscrição de demandas coletivas. Para além dos espaços possíveis de representação e de reivindicação institucionais, o grupo de acadêmicos vale-se de outros meios como a prática discursiva de produzir inscrições simbólicas. E essa produção, em sua natureza simbólica e política, significam. Inscreve-se a demanda nas paredes como forma de reivindicar e de protestar, buscando subverter o que está posto.

Assim, somada à pauta de reivindicação em si, o modo encontrado e subjetivado por eles também é um protesto. Inscreve-se para protestar duplamente: a própria pauta, que são direitos acadêmicos e sociais, geralmente, negligenciados na sociedade,

e as formas de expressão, produzindo o efeito de que as formas tradicionais estão esgarçadas em seu poder simbólico de representação.

## REFERÊNCIAS

ORLANDI, E. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalegrense. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas. Editora RG, 2011b, p. 13-34.

PÊCHEUX, Michel [1975]. *Semântica e Discurso – uma crítica a afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.